

**HABEAS CORPUS Nº 548.299 - RS (2019/0355543-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOÃO OLÍMPIO DE SOUZA FILHO - RS009627**  
**FÁBIO MAFFESSONI KURY - RS047264**  
**EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA - RS0071365**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO**  
**PACIENTE : ESTHER CRISTINA OLIVEIRA LUCHO**

**DECISÃO**

A paciente alega sofrer coação ilegal ante acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*. Se insurge contra o indeferimento de indulto previsto no Decreto n. 9.246/2017, pois, até 25/12/2017 havia cumprido 560 horas e 50 minutos de um total de 1.440 horas de serviços comunitário e pagou a primeira parcela da prestação pecuniária em abril de 2018.

Requer, em liminar e no mérito, a declaração do benefício, pois o indulto se dará, conforme previsão do art. 10, II, do referido decreto, independentemente do pagamento da prestação pecuniária.

**Decido.**

O pleito de urgência confunde-se com o próprio mérito da impetração, razão pela qual deverá ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo das Execuções. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator